

## Eleições 2015: Olhares Cruzados

### O combate à pobreza nos Programas eleitorais

**Carlos Farinha Rodrigues**

– Setembro de 2015

Entre meados da década de 90 e 2009 Portugal conseguiu resultados muito significativos na redução das várias dimensões da pobreza monetária. No entanto, apesar da melhoria verificada nos principais indicadores de pobreza Portugal continuou a apresentar valores superiores ao do conjunto dos países da UE.

A profunda crise socioeconómica que afectou as economias desenvolvidas a partir de 2008, com reflexos profundos em Portugal após 2010, traduziu-se numa clara inversão deste ciclo de diminuição da pobreza.

As políticas de austeridade implementadas a partir desse ano, e em particular após a assinatura do acordo com a Troika em 2011, traduziram-se num inequívoco agravamento das condições de vida da população e num processo de empobrecimento que afectou largos sectores da população. Entre 2009 (último ano pré crise e pré medidas de austeridade) e 2013 (último ano de que dispomos dados do INE) a taxa de pobreza aumentou de 17,9% para 19,5%. Este valor reconduz-nos aos níveis de pobreza registados no início do século. De facto, é necessário recuar a 2003 para encontrar um nível de pobreza superior ao verificado em 2013. A intensidade da pobreza alcançou em 2013 o valor de 30,3%. Este valor constitui não somente um pesado agravamento face aos valores ocorridos nos anos anteriores mas constituiu mesmo o valor mais elevado desde o início da actual série em 2004. Comportamento similar registaram os indicadores de privação material, traduzindo uma forte degradação das condições de vida das famílias.

Uma das consequências mais dramáticas da crise económica e das políticas seguidas nos anos recentes foi o forte agravamento do número de crianças e jovens em situação de pobreza: a taxa de pobreza das crianças e dos jovens aumentou, entre 2009 e 2013, mais de três pontos percentuais passando de 22.4% para 25.6%.

O forte agravamento do desemprego, os cortes efectuados nos rendimentos do trabalho e nas pensões, o retrocesso generalizado das transferências sociais e o acentuar da tributação dos rendimentos salariais e pensões traduziram-se inequivocamente num acentuar das situações de pobreza pré-existentes, mas igualmente na criação de novas bolsas de pobreza constituídas por sectores da população até então relativamente imunes ao fenómeno da pobreza.

Na véspera de importantes eleições legislativas que moldarão o futuro das políticas públicas em Portugal nos próximos anos importa conhecer a visão e as propostas dos principais partidos concorrentes às eleições legislativas no que concerne à apreciação que fazem do fenómeno da pobreza em Portugal e, sobretudo, as propostas que apresentam para combater e erradicar a pobreza e a exclusão social em Portugal.

Uma primeira leitura cruzada dos programas do “Livre Tempo de Avançar” , do “Bloco de Esquerda” ,do “PCP”, do “Partido Socialista” e da “Coligação Portugal à Frente” permite identificar uma clara linha divisória entre o programa dos partidos que suportam o actual governo (CPF) e os demais partidos. Apesar das várias diferenças que estes programas apresentam entre si e das propostas que cada um específica, essa linha divisória consubstancia-se no diagnóstico do recente agravamento da pobreza e da sua profundidade, no papel futuro a atribuir às políticas de combate à pobreza no conjunto das políticas públicas e no papel que o Estado deve desempenhar na redução e erradicação da pobreza.

Para a Coligação Portugal à Frente o agravamento da pobreza ocorrido durante o processo de ajustamento afigura-se como um dano colateral, inevitável do processo de recuperação económica que o Governo teve que implementar. Como aparece claramente explicitado no programa da coligação “os problemas dramáticos que o País enfrentava obrigaram a que aos Portugueses fossem pedidos sacrifícios indesejáveis mas, infelizmente, indispensáveis”. As virtudes do processo de empobrecimento tantas vezes defendida no decorrer dos últimos anos está agora praticamente desaparecida. Pelo contrário surge realçado o esforço que o Governo terá feito para minimizar “das consequências do resgate aqueles que menostinham”, nomeadamente através do Programa de Emergência Social.

Para todos os outros partidos uma parte muito significativa do agravamento da pobreza deve-se precisamente às políticas seguidas. Elas traduzem uma clara intenção de induzir uma nova redistribuição dos rendimentos que penalizou fortemente os mais desprotegidos e que poderia ter sido, pelo menos em parte, evitada. Como salienta o programa eleitoral do PS o Governo utilizou “o programa de ajustamento negociado com a troika como pretexto para desenvolver uma política que foi muito além do que o programa previa e que procurou mudar a relação de forças em Portugal, contra os interesses dos trabalhadores, das famílias, das classes médias e dos mais pobres”. Ideia semelhante é possível de detectar no programa do BE onde se afirma que o “governo concretizou o que os mais credenciados representantes da troika vinham proclamando: «custe o que custar», empobrecer a maioria dos portugueses; em especial, os que vivem do seu trabalho”.

As diferentes interpretações do agravamento da pobreza em Portugal não poderiam ser mais nítidas. Por um lado aqueles que as consideram uma inevitabilidade decorrente da crise económica e financeira, por outro todos aqueles que consideram que o acentuar da incidência e da intensidade da pobreza é o resultado esperado das políticas seguidas e que poderiam ter sido evitados ou, pelo menos, fortemente atenuados.

Outra vertente em que é possível contrapor os programas dos partidos actualmente no Governo e os demais partidos analisados tem a ver com a centralidade dos programas de luta contra a pobreza no conjunto das políticas públicas. Embora todos os partidos reconheçam a gravidade da pobreza e da exclusão social existente no nosso país a intensidade e o timing das respostas é claramente diferenciado. Para a Coligação Portugal à Frente é necessário lançar um “ambicioso programa de desenvolvimento social” alicerçado numa “nova geração de políticas públicas, mais focadas na capacitação e autonomia das pessoas e famílias, mais integradas e coerentes, com maior envolvimento da comunidade, sustentáveis e com maior equidade, promovendo uma maior coesão social”. Este programa, assente na valorização das pessoas pretende assumir-se como elemento estruturante no combate à pobreza e na promoção da mobilidade social. Os objectivos enunciados e os instrumentos que lhe são afectos claramente apontam para um plano de longo prazo que em muito extravasam o horizonte temporal de uma legislatura.

A generalidade dos partidos da oposição analisados nestes olhares cruzados tendem a conjugar políticas de longo prazo no combate à pobreza e à exclusão social com medidas imediatas que permitam um forte atenuar da pobreza no curto prazo. Entre essas medidas assume papel de destaque em todos os programas a inversão das políticas de maior impacto no agravamento da pobreza implementadas nos últimos anos como a reposição das prestações sociais e dos rendimentos familiares. Como salienta, a título de exemplo, o programa do Livre Tempo de Avançar “é necessário implementar programas que combinem a intervenção e a prevenção e que integrem, em simultâneo, componentes de apoio financeiro e de prestação de serviços sociais às famílias com o objectivo de promover uma verdadeira emancipação e inclusão dos seus beneficiários. Uma governação preocupada com a pobreza deverá reverter urgentemente a política de cortes efectuada em muitas prestações da segurança social com o objectivo não apenas de erradicar a pobreza propriamente dita mas também de precaver o risco de cair em pobreza”. Ou, como salienta o programa do PS, “no curto prazo, é necessário definir um programa de urgência, nas áreas críticas do relançamento da economia e do combate ao desemprego e à pobreza”.

Um dos aspectos onde a diferença entre a Coligação Portugal à Frente e os demais partidos ou coligações é mais vincada prende-se com o papel a desempenhar pelas políticas públicas, e de uma forma geral pelo Estado, no combate à pobreza.

Para a Coligação PAF o combate à pobreza passa predominantemente por um modelo assente na contratualização com instituições particulares. Tomando como exemplo as políticas seguidas nos anos mais recentes a coligação compromete-se a “avançar com a rede local de intervenção social (RLIS), que é um instrumento que o Estado coloca à disposição dos cidadãos, por via das instituições do sector solidário, para agilizar, facilitar e resolver o acesso e o acompanhamento aos seus direitos, nomeadamente nas prestações sociais, para públicos mais necessitados”. O exemplo das “cantinas sociais” surge destacado no programa como ilustrativo do tipo de programa a desenvolver.

Para a maioria dos partidos e coligações da oposição ao actual governo esta estratégia surge claramente como uma forma de desresponsabilização do Estado dos seus deveres de uma actuação activa no combate às situações de pobreza e de

precariedade social, como uma forma de privilegiar uma actuação de tipo assistencialista em detrimento de políticas activas assentes na universalidade e na garantia de direitos assentes em políticas públicas. Como assegura o programa do PS este “assume claramente o compromisso de defender e fortalecer o Estado Social, de implementar uma estratégia de combate à pobreza e à exclusão social”.

Para além destes factores diferenciadores entre os principais partidos é igualmente relevante sublinhar alguns consensos transversais a todos os programas analisados. Esse consenso, a que não é alheio o debate promovido nos últimos anos por instituições preocupadas com o fenómeno da pobreza, e onde o Grupo Economia e Sociedade tem participado activamente, traduz-se no reconhecimento, nos programas dos diferentes partidos, de três aspectos fulcrais. O primeiro é o de que não basta reduzir a pobreza mas é necessário pugnar pela sua erradicação efectiva; em segundo lugar, na necessidade e na urgência de medidas concretas para reduzir/eliminar a pobreza das crianças e jovens, a qual constitui hoje uma das situações mais preocupantes da nossa realidade social. Por último, a constatação de que não é hoje possível discutir as questões de pobreza de forma independente da repartição dos rendimentos e da desigualdade. Estes três factores aparecem, com diferentes enfoques e com propostas diferenciadas, em todos os programas eleitorais. Se eles correspondem a propostas efectivas ou tão só a uma resposta às denúncias da opinião pública somente o futuro permitirá responder.

Analisemos de seguida com algum detalhe, mas sem a pretensão de ser exaustivos, as propostas mais relevantes dos diferentes partidos no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social.

O Programa da Coligação Portugal à Frente assenta, como vimos, no estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento Social que possibilite desenvolver uma nova geração de políticas públicas, mais focadas na capacitação e autonomia das pessoas e famílias, mais integradas e coerentes, com maior envolvimento da comunidade, sustentáveis e com maior equidade, promovendo uma maior coesão social

O lançamento de um programa nacional para a requalificação das respostas sociais existentes, com forte contribuição dos fundos comunitários, constitui um instrumento importante de apoio a essa estratégia.

No âmbito da protecção social mantem-se o compromisso de aumentar as pensões mínimas, sociais e rurais, o objectivo de introduzir um tecto global para as prestações sociais não contributivas, substitutivas de rendimentos de trabalho.

Em relação ao RSI a proposta da coligação PAF assenta fundamentalmente na implementação de programas de formação e capacitação profissional com conteúdos específicos para estes beneficiários, a par com as actividades socialmente úteis, tendo como objectivo o seu regresso ao mercado de trabalho.

A reorganização dos programas de apoio alimentar (distribuição de alimentos e bens de primeira necessidade, bem como as cantinas sociais), entregando a sua gestão à rede social e solidária, constitui outra das propostas da PAF.

No Programa do Partido Socialista o combate à pobreza assenta em três eixos fundamentais.

Em primeiro lugar, desenhar e implementar uma estratégia nacional de combate à pobreza de crianças e jovens que, de forma integrada, recupere a centralidade do abono de família como apoio público de referência às famílias. Para tal propõe-se aumentar os montantes do abono de família, do abono pré-natal e da majoração para as famílias monoparentais beneficiárias de abono de família e de abono pré-natal e reconfigurar o abono de família no sentido de permitir a conjugação de políticas de transferências de recursos com medidas complementares do lado dos serviços públicos. As classes de rendimento de acesso ao abono de família devem igualmente ser alteradas para assegurar que as crianças em situação de pobreza, e em particular, em situação de pobreza extrema, tenham acesso a recursos suficientes para melhorar significativamente o seu nível de vida;

Em segundo lugar, assegurar a reposição dos apoios que garantem os mínimos sociais aos cidadãos em condições de maior vulnerabilidade (como o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos).

Finalmente, em terceiro lugar, dignificar o trabalho, criando um novo apoio público aos baixos salários para impedir que as famílias trabalhadoras com filhos vivam em situação de pobreza.

O Programa Eleitoral do PCP defende a implementação de um programa de luta contra a pobreza, visando a sua erradicação, assente em três eixos fundamentais:

Em primeiro lugar medidas de combate à pobreza dos trabalhadores com o aumento dos salários e a fixação do salário mínimo nacional em 600 euros a partir de Janeiro de 2016, o combate com vista à erradicação da precariedade, a atribuição de prestações de desemprego a todos os desempregados.

Em segundo lugar, medidas de apoio à família por via da redução da carga fiscal, a revogação da lei das rendas e a reposição do abono de família a todas as crianças e jovens. Para o PCP o combate à pobreza infantil pressupõe a clara responsabilização do Estado na promoção dos seus direitos e ao seu desenvolvimento e realização integral;

Por último, a introdução de medidas de reforço do sistema de segurança social com o aumento das pensões de reforma, a reposição das prestações do RSI e o reforço da rede de equipamentos e serviços sociais dirigidos às crianças, idosos e população mais carenciadas.

No programa do Bloco de Esquerda a reposição dos rendimentos cortados no ciclo de austeridade constitui uma ferramenta essencial para a redução da pobreza. Para tal propõem-se a devolução dos salários cortados aos trabalhadores da função pública, o acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e em situação de carência económica, a reposição do abono de família e respectivas bonificações, a reposição dos níveis de cobertura do Rendimento Social de Inserção e dos níveis de cobertura do Complemento Solidário para Idosos anteriores a 2010. O Bloco de Esquerda propõe ainda o reescalamento do IVA, com a redução à taxa mínima dos bens de primeira necessidade.

Por último, o partido Livre Tempo de Avançar defende igualmente a reposição urgente da política de cortes efectuada em muitas prestações da segurança social

com o objectivo não apenas de erradicar a pobreza propriamente dita mas também de precaver o risco de cair em pobreza

Restabelecer o acesso ao Rendimento Social de Inserção recuperando os princípios iniciais que orientaram a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, a implementação de um programa nacional de combate à pobreza nas crianças e nos jovens assente no alargamento da acção social escolar, no acesso gratuito aos livros escolares e ao passe social e na reposição do abono de família universal, a elaboração de uma Carta de Direitos do Cidadão Sénior que garanta os direitos e permita combater a pobreza e a exclusão social dos idosos constituem as principais propostas deste partido.

A leitura cruzada dos vários programas partidários que efectuámos não pode deixar de nos suscitar um comentário final integrador destes diferentes olhares sobre a problemática da pobreza. As diferenças e as semelhanças que aqui identificámos efectuam-se sobre um espaço onde as questões da pobreza já não podem estar ausentes. O forte agravamento social e o acentuar das situações de precariedade, pobreza e exclusão constitui certamente o principal factor dessa presença. Mas a crescente discussão pública sobre a pobreza enquanto violação dos direitos humanos e como factor limitativo do desenvolvimento económico contribuiu igualmente para que hoje nenhum partido possa no seu programa eleitoral omitir ou subestimar este fenómeno nos seus programas.

Mas do reconhecimento formal à assunção plena da importância das questões de pobreza ainda existe uma distância considerável. Estando a campanha eleitoral praticamente no fim é necessário reconhecer que as questões da pobreza e da exclusão social pouco espaço ocuparam nos principais debates e nas preocupações dos principais candidatos.

Tal não impede, porém, que as próximas eleições sejam decisivas para o caminho que o nosso país irá percorrer nos próximos anos e para a construção ou não de uma sociedade com menos pobreza e exclusão social.

Ao realizar a série de olhares cruzados sobre os principais temas apresentados pelos principais partidos candidatos às eleições legislativas de 2015 o Grupo Economia e



Sociedade tentou dar o seu contributo para o esclarecimento das propostas dos diferentes partidos sobre temas que consideramos relevantes para o país e a sociedade portuguesa. Ainda que não partidário esse olhar sobre a realidade nunca é neutro. Num texto como o presente sobre a pobreza em Portugal este olhar encontra-se claramente filiado no grupo de todos aqueles que acreditam que a pobreza não é uma fatalidade, que a pobreza pode ser combatida e erradicada da nossa sociedade. E que não desistem desse desígnio.